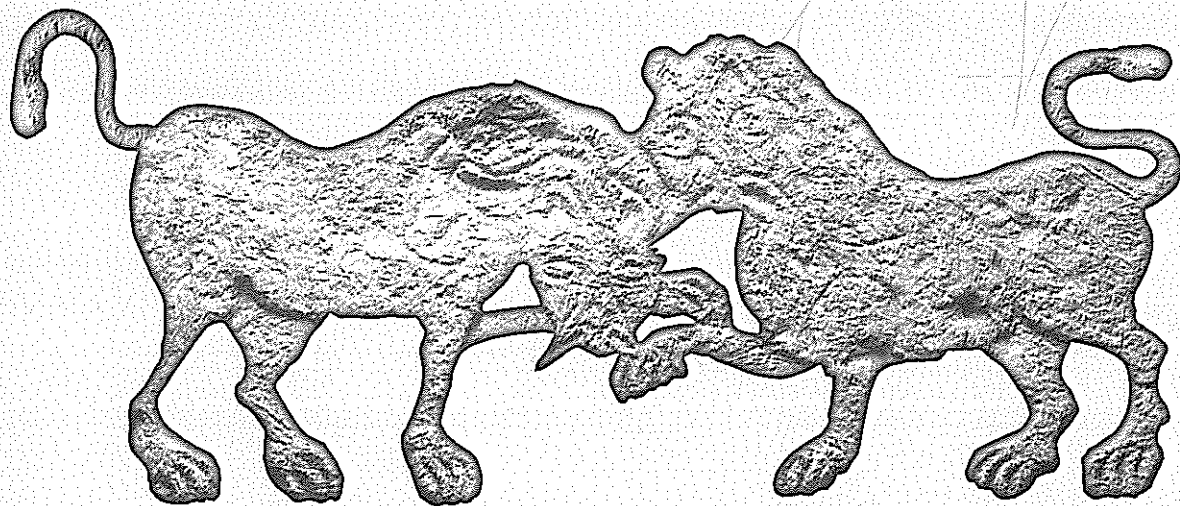


Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)


Coordenação

Mário Jorge Barroca

Isabel Cristina F. Fernandes



Câmara Municipal de Palmela
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Palmela, 2005



O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII

Mário Jorge Barroca *

Para Juan Zozaya

The author analyses the Castle of Montemor-o-Velho, a fortress founded in the 9th or 10th century on the right bank of river Mondego. Due to its strategic value and rôle in the defence of Coimbra, this castle was conquered several times by muslim and christian forces until the definitive christian conquest in the middle 11th century. The article is divided into two major parts: analysis of the references to this fortress mentioned in medieval documents (10th-14th centuries); and a characterisation of the six different phases that can be identified in the ruins.

Graças ao seu extraordinário posicionamento geográfico – erguido na margem Norte do rio Mondego, num cabeço a cerca de 18 km da sua actual foz –, o castelo de Montemor-o-Velho desempenhou, ao longo de vários séculos, um papel estratégico de primordial importância. Com efeito, ele permitia controlar os acessos fluviais à cidade de Coimbra, sede episcopal e, desde 878, sede do Condado de Coimbra, o mais setentrional território detido pela monarquia asturiana. Este território, que esteve sob controlo das forças muçulmanas entre 715-16 e 878, regressou à posse das forças cristãs com a presúria de Hermenegildo Guterres (878) e manteve-se na alçada da monarquia asturiana durante pouco mais de um século, até às investidas de al-Mansur, em 986-987, que inauguraram uma segunda fase de domínio muçulmano no centro de Portugal. Como se sabe, esta segunda fase prolongou-se até à reconquista definitiva de Coimbra, em 1064. A partir de então a fronteira foi-se afastando cada vez mais destas paragens. Primeiro fixou-se um pouco a Sul de Soure, depois avançou para a zona de Leiria, finalmente, com a conquista de Santarém e de Lisboa, atingiu o vale do Tejo. No entanto, a importância de Montemor-o-Velho não se esgotou com o simples avanço da fronteira para Sul. Durante vários séculos este local manteve inalterado o seu valor geo-estratégico e, por isso, as suas estruturas arquitectónicas foram recebendo sucessivos melhoramentos¹.

Os dados documentais conhecidos permitem acompanhar a evolução do lugar e da sua fortificação com algum pormenor, revelando o interesse que muçulmanos e cristãos sempre nutriram por este local. Começemos por passar em revista os elementos cronológicos conhecidos, já que eles servirão de alicerce para a nossa interpretação da evolução e das diferentes fases que se detectam no castelo de Montemor-o-Velho.

Ponhamos desde já de lado a mítica referência ao Abade João e a uma primeira conquista de Montemor-o-Velho no tempo de

Ramiro I, em 848 ou 850, ou até mesmo século e meio mais tarde. Conforme Ramón Menéndez Pidal demonstrou, esta lenda deve ter sido inventada por um jogral leonês, em poema, tendo mais tarde sido adaptada a prosa e divulgada na forma de pequenos impressos à maneira da literatura de cordel (Menendez Pidal, 1973: 159-209)². Esta *estória*, cheia de contornos nebulosos e de contradições, colocava os eventos no tempo das razias de al-Mansur, portanto nos finais do Séc. X, mas ao ser difundida entre nós, nomeadamente por Fr. Bernardo de Brito, aparece associada a dois documentos apócrifos, do *scriptorium* de Lorvão, pretensamente de 848 e 850, o que recuava os acontecimentos milagrosos em quase século e meio (Menendez Pidal, 1973: 202-203; Brito, 1609: 310-317; Cardoso, 1652: 320-321 e 327-329). Fr. Bernardo de Brito foi, de resto, o autor de uma inscrição relativa a estes pretensos eventos, que se encontra na Capela de Nossa Senhora, junto do Mosteiro de Seiça (Brito, 1609: 316; Barroca, 2000, vol. II(2): 2167-2168). Qualquer que seja a cronologia adoptada, a *estória* carece de qualquer fundamento e, por isso, não deve ser considerada para os nossos propósitos. Assim sendo, as primeiras referências documentais disponíveis para a zona de Montemor-o-Velho remontam ao período condal e referem-se a Formoselha. Com efeito, esta povoação, localizada a montante de Montemor-o-Velho, encontra-se documentada em 915 (LPreto, 169), ou seja, escassos 37 anos depois da presúria do Conde Hermenegildo Guterres. No entanto, devemos sublinhar, o diploma de 915 não encerra qualquer referência directa ao castelo de Montemor-o-Velho. A igreja de Santa Maria de Formoselha é apenas localizada “*iuxta flumem Mondeci, territorio Colimbriense*”.

É provável, no entanto, que nessa ocasião já existisse alguma estrutura militar no morro do Castelo de Montemor-o-Velho. Com efeito, Ibn Hayyan (1009-1077), no *Almuqtabis* II-1, refere que, para se protegerem das incursões normandas, as forças muçulmanas ergueram diversas atalaias e fortalezas na



orla costeira, dando como exemplo *Qalat Ward*, depois chamada *Muntmaior* (provavelmente Montemor-o-Velho) (Ibn Hayyan, 2001: 317-318). Estas incursões normandas a que se reporta Ibn Hayyan devem ser as que fustigaram a costa atlântica da Península em 843-844 e em 859 (*Crónicas Asturianas*, 1985: 142, 143, 148, 149, 175, 188, 249 e 262; Coelho, 1972-75, vol. 2: 107-124; Campo, 2002)³. Por outro lado, o mesmo Ibn Hayyan, no *Almuqtabis* III, regista que durante a revolta dos muladies contra os árabes, em 889, os primeiros se entrincheiraram em Montemor, na cora de Niebla, dando a entender que aqui estaria localizado um *hisp* (citado em Ibn Hayyan, 2001: 318, nota 674).

Poucos anos mais tarde, em 954, voltamos a encontrar referências documentais para esta zona, sendo mencionadas as vilas de Montemor-o-Velho e de Tentúgal (PMH, DC 68), mas continuamos a não encontrar qualquer referência directa e explícita ao castelo.

As duas últimas décadas do Séc. X foram, como se sabe, tempos difíceis para as forças cristãs, incapazes de suster o avanço militar do Califado. Em 986 al-Mansur efectuou a sua primeira expedição militar sobre a zona de Coimbra, tomando a vila de Condeixa. A expedição, iniciada a 11 de Setembro de 986, durou 35 dias e concluiu-se a 15 de Outubro do mesmo ano (Ruiz Ascencio, 1968: 64, notícia XXIV). No ano seguinte, em Março (segundo as fontes muçulmanas) ou em fins de Junho de 987 (segundo as fontes cristãs), uma nova expedição comandada por al-Mansur ataca a cidade de Coimbra que, segundo os registos analísticos cristãos, terá sido conquistada e ficado deserta durante 7 anos (Ruiz Ascencio, 1968: 64, notícia XXV). A conquista de Coimbra encontrou, como é natural, um grande eco nos registos analísticos cristãos, cujos textos mais antigos foram, para mais, criados precisamente nesta zona. Assim, não é de estranhar que ela surja registada no *Chronicon Conimbricense*, na versão curta (PMH, *Script.*: 2) e na versão longa (PMH, *Script.*: 4), na *Chronica Gothorum* (PMH, *Script.*: 9, atribuindo os eventos ao ano de 988), na *Brevis Chronica Gothorum* (PMH, *Script.*: 9) e no *Chronicon Alcobacense* (PMH, *Script.*: 18). Ao cabo de 109 anos de existência, terminava assim o Condado de Coimbra, resultante das presúrias de Afonso III das Astúrias. Vale a pena retermos, aqui, as palavras utilizadas na *Brevis Chronica Gothorum* quando se regista o feito militar de al-Mansur, com a desertificação da cidade do Mondego durante sete penosos anos e a sua posterior reconstrução por parte das forças muçulmanas, que a dominaram durante mais setenta anos (repopoando-a, portanto, entre 994 e 1064):

“Era MXXV. III Kal. Iulii Almansor Iben Hamet cepit Colimbr. et, sicut a multis senibus audivimus, deserta fuit an. VII: postea eam Hismaelite reedificaverunt, et tenerunt eam LXX an.” (PMH, *Script.*: 9).

Finalmente, em 990 ou 991 al-Mansur ataca de novo os campos do Mondego, conquistando Montemor-o-Velho. A notícia

encontra-se registada no *Chronicon Conimbricense*, na sua versão curta (PMH, *Script.*: 2, atribuindo o evento ao ano de 990) e na versão longa (PMH, *Script.*: 4, datando-o do ano 1000), na *Chronica Gothorum* e na *Brevis Chronica Gothorum* (PMH, *Script.*: 9, em ambas atribuindo os acontecimentos ao ano de 990), no *Chronicon Alcobacense* (PMH, *Script.*: 18, atribuindo os eventos aos anos de 1000 e de 800 [sic]) e no *Chronicon Lamecense* (PMH, *Script.*: 19, datando-os do ano de 991). O *Chronicon Conimbricense* e a *Chronica Gothorum* precisam que a tomada de Montemor ocorreu no dia 2 de Dezembro de 990:

“Era MXXVIII. III^o non. Decembris, Almanzor cepit Montem Maiorem.” (PMH, *Script.*: 9).

As investidas de al-Mansur sobre o Noroeste peninsular continuaram nos anos seguintes e em 995 foi a vez de ser atacado o Castelo de Aguiar de Sousa, a Norte do Douro:

“Era MXXXIII. Almanzor cepit Castellum de Aguiar, quod est in ripa Sause in Portugalsensi provincia.” (PMH, *Script.*: 9).

A partir de 990 podemos dizer que o vale do Mondego estava de novo militarmente controlado pelas forças muçulmanas. Inaugura-se, então, um período de forte islamização da zona de Coimbra⁴.

No que respeita a Montemor-o-Velho, as lacónicas referências dos anais cristãos parecem revelar que, nessa altura, a povoação já possuía castelo. Só assim se explica o interesse de al-Mansur em reconquistar esta posição estratégica, dedicando-lhe mesmo uma campanha militar (tal como o fizera com Condeixa e com Coimbra). Se esta nossa interpretação está correcta, o castelo teria sido construído antes de 987, o que nos remete para duas ocasiões. A confiar nas fontes muçulmanas já aludidas, teria sido erguido na segunda metade do Séc. IX, na sequência das incursões normandas de 844 ou 859, sendo, portanto, fruto de uma iniciativa muçulmana. A construção deste *hisp* seria, assim, sincrónica do primeiro movimento de encastelamento, que afectou a Península Ibérica precisamente nesta ocasião. Seria coevo dos primeiros castelos erguidos pelas forças cristãs no Entre-Douro-e-Minho (c. 870-875) e estaria em sintonia com os dados conhecidos para diversas áreas da Península e do Ocidente Europeu (Barroca, 2003: 95-97; Barroca, 2004; Bazzana, 1994). Os motivos que teriam levado à construção deste *hisp* parecem claros: pretendia-se controlar o acesso ao Mondego para evitar, assim, uma das formas usuais adoptadas pelos ataques normandos, que aproveitavam os cursos fluviais para se internarem no território. Segundo esta hipótese, a primeira estrutura militar de Montemor-o-Velho teria sido erguida antes de se ter efectuado a primeira reconquista de Coimbra, pelo conde Hermenegildo Guterres. A segunda possibilidade que se coloca, sugerida pelo silêncio das fontes cristãs, aponta para a sua construção um século mais tarde, algures na segunda metade do Séc. X, entre 954 e 990. De resto, não parece ser difícil compatibilizar as duas situações: Montemor-o-Velho poderia ter começado por ser um pequeno ponto de vigia, uma



atalaia ou uma *burj*, erguida nas vésperas da primeira conquista de Coimbra, tendo depois conhecido obras de ampliação que consagraram a importância estratégica do local, transformando-o num cobiceado *hisn*. Como veremos mais à frente, há mesmo indícios arqueológicos que parecem sustentar esta hipótese.

Sublinhemos que se conhecem referências ao *hisn Munt-mayur* nas fontes árabes, onde ele é referenciado como um dos mais importantes da Marca Inferior (Picard, 2000: 117). Al-Idrisi (f. 1164-65), escrevendo no Séc. XII, registava o *hisn* de *Munt Maiur*:

“Entre Coimbra e o mar, ao Ocidente, [vão] 12 milhas, e é nesta direcção que desagua o rio Mondego; e perto da foz do rio há um castelo muito forte, a que e chama Montemor.” (Lopes, 1968: 117 e 135; Coelho, 1972-75, vol. I: 77).

É certamente com esta fase que se deve relacionar a presença do topónimo *Azóias*, na margem Sul do Mondego, em frente a Montemor, documentado pelo menos desde o Séc. XII (Picard, 2002: 203-212).

A segunda presença islâmica em Montemor-o-Velho prolongou-se por apenas 27 anos. Com efeito, em 1017 o Castelo de Montemor-o-Velho voltou a ser palco de acontecimentos militares. Um documento de 1019 (LPreto, 134) revela que o castelo estava em 1017 na posse de Froila Gonçalves, quando foi atacado e conquistado por Mendo Luz. Froila Gonçalves, um descendente directo do Conde Hermenegildo Guterres, encontra-se documentado por José Mattoso entre 994 e 1017 (Mattoso, 1981: 124-125). Como se sabe, a família condal de Coimbra teve um posicionamento ambíguo na “crise” de al-Mansur e pactuou com as forças muçulmanas, não tendo sido totalmente afastada do poder. É assim que encontramos um trineto de Hermenegildo Guterres à frente dos destinos de uma fortificação com a importância de Montemor-o-Velho. Por seu turno, o nobre que atacou Montemor-o-Velho, Mendo Luz, é um descendente directo da família condal portugalense, sendo possivelmente filho do Conde Lucídio Alvites e, portanto, bisneto de Vimara Peres. José Mattoso documenta-o entre 985 e 1034 (Mattoso, 1981: 110). Ou seja, em 1017, à sombra de Montemor-o-Velho desenha-se um recontro onde se enfrentam os descendentes directos das duas mais importantes famílias condaís. A vitória coube a Mendo Luz que, depois de 1017, deixou à frente de Montemor-o-Velho um nobre da sua *entourage* e confiança – Gonçalo Viegas, descendente de um ramo da família dos Senhores de Marnel (a família que controlava a *Civitas* de Santa Maria, único território a Sul do Douro que se conservou na posse cristã depois das investidas de al-Mansur). Segundo José Mattoso encontra-se documentado entre 1002 e 1057 (Mattoso, 1981: 230-231).

Gonçalo Viegas de Marnel, o novo governador do Castelo de Montemor-o-Velho, consegue assegurar a sua posse pelas forças cristãs durante alguns anos, mas menos de uma década depois, em 1026, as forças muçulmanas controlavam de novo a zona

de Montemor-o-Velho, bem como o vale de Lafões e a zona de Viseu.

Em 1034, segundo umas fontes no dia 31 de Outubro, segundo outras a 1 de Novembro, Gonçalo Trastemires conquistou Montemor-o-Velho (PMH, *Script.*: 4 e 9). Esta conquista deve ser enquadrada no contexto político da época, quando Montemor estava integrado no extremo setentrional do território do reino Aftássida de Badajoz, e quando os Aftássidas estavam em conflito aberto com o reino Abávida de Sevilha (Picard, 2000: 82). Esta expedição militar cristã revela-se de enorme interesse porque ela constitui um dos primeiros exemplos claros do protagonismo militar que uma nova nobreza estava então a começar a ter (lado a lado com as investidas dos senhores de Riba Douro na zona do vale do Paiva). Com efeito, a expedição de 1017 ainda foi organizada por um elemento da família condal. Mas a expedição de 1034 já foi organizada por um *infanção*. Gonçalo Trastemires era um elemento da família dos senhores da Maia, filho de Trastemiro Aboazar e neto de Aboazar Lovesendes (o fundador da linhagem da Maia e do Mosteiro de Santo Tirso, em 978). Encontra-se documentado entre 1032 e 1038 (Mattoso, 1981: 209-210), altura em que é assassinado em Avioso (S. Pedro ou Sta. Maria de Avioso, na Maia):

“Era Ma. LXX^a. VI^a. Occisus fuit Gonsalvus Trastamiriz in Avioso, kalendas Septembris” (PMH, *Script.*: 4).

Mesmo que tenha sido efémera, esta nova conquista do Castelo de Montemor-o-Velho revela o poder militar que esta nova nobreza de fronteira estava a ter e ajuda a compreender a rápida ascensão social que ela conheceu em menos de meio século, alcançando o topo da hierarquia social⁵.

Não sabemos se esta terá sido a derradeira mudança de senhorio que Montemor-o-Velho conheceu. Alguns autores pretendem que depois de 1034 o castelo teria regressado uma vez mais à posse muçulmana, integrando-se de novo no âmbito da Taifa de Badajoz, para ser definitivamente recuperado com a Campanha das Beiras, iniciada em 1057, que culmina com a conquista definitiva de Coimbra (em 1064). Mas o certo é que a partir de 1047, ainda antes da reconquista definitiva de Coimbra, começamos a encontrar as referências ao território ou *Terra* de Montemor⁶, indício de que a zona permanecia (ou já se encontrava) na alçada das forças cristãs.

A Terra de Montemor estendia-se, então, desde a foz do Vouga (ou seja, confinando com a Terra de Santa Maria), até à zona de Lavos, já a Sul do Mondego (documentada em 1096). Dentro do seu âmbito ficava o Mosteiro da Vacariça, na zona da Mealhada, sistematicamente referido “*subtus alpe Buzaco... territorio mons maior*” (LPreto 130 e LPreto 132), e diversas povoações como S. Martinho de Tavadre (conc. da Figueira da Foz) (PMH, DC 770, de 1091; LPreto 465, de 1092), Quiaios (idem) (PMH, DC 770, de 1091), Areal (povoação do conc. de Montemor-o-Velho) (LPreto 26 e LPreto 335, ambos de 1091), etc.



A partir de 1088 conhecemos mesmo o nome de vários *tenentes* deste novo espaço militar. O primeiro, documentado em 1088, é infelizmente difícil de identificar: “*Gontonizi qui erat maiorinus et imperabat illa terram de monte maior usque in fove de Vouga...*” (LPreto 307 = PMH, DC 698). Mas em 1095 o tenente era um nobre sobejamente conhecido dos medievalistas – nada menos do que Soeiro Fromarigues: “*Suaris Fromariguiz qui ipsam terram regebat...*” (LSanto 59). Este nobre, cujo nome se encontra ligado à restauração do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, comandou a hoste cristã que em 1002 se bateu em *Vatalandi*, nos arredores de Santarém, encontrando aí a morte (Ruas, 1949: 363-368, onde se traça a sua biografia).

Quatro anos mais tarde, em 1099, a tenência de Montemor-o-Velho estava confiada a Paio Soares, da família da Maia: “*Pelagius Suariz qui erat alcaide in voce de illo comite domno Henrici*” (LPreto 108). Finalmente, em 1106 e 1110 o seu tenente era Pêro Pais de Paiva, o Saído (DMP, DR 9; LSanto, p. 13; Ventura, 1992, vol. 2: 1027).

Esta alternância da posse de Montemor-o-Velho, ora nas mãos das forças muçulmanas, ora na mãos das forças cristãs, denuncia o elevado interesse estratégico do castelo mas trouxe consigo problemas de povoamento que levaram anos a ser resolvidos.

Em 1095 o Presbítero Vermudo doou à Sé de Coimbra metade da Igreja de St^a. Maria da Alcáçova que tinha erguido, desde os fundamentos, no interior do Castelo de Montemor-o-Velho: “*... quam ego a fundamento edificavi in castello quid vocatur mons maior circa interiorem murum ad australem parte...*” (LPreto 49). O diploma refere que o rei, Afonso VI, tinha confiado Montemor ao Alvazil de Coimbra, D. Sesnando Davides (decisão, portanto, tomada algures entre 1073 e 1095), e que este conduzira para aí “*homines tantum clericos quam laicos*”, mandando edificar casas e igrejas.

Nesse mesmo ano de 1095 D. Raimundo e D. Urraca concederam várias propriedades aos presores de Montemor-o-Velho, e ficamos a conhecer os nomes de alguns deles, todos aparentados com os cavaleiros de Coimbra: Soleima Godins, David Peres, Alvito Peres, Soeiro Afonso, Brandia *Besteiro*⁷, o presbítero Soeiro Tedones, Ero Cides, o Abade Tructesindo e outros (LSanto 59).

Em 1116 e 1117 os campos do Mondego voltaram a ser assolados pelos exércitos muçulmanos. Em 1116 os Castelos de Miranda do Corvo e de Santa Eulália foram conquistados pelas forças muçulmanas, com a captura de numerosos prisioneiros (PMH, *Script.*: 2 e 11). Em relação ao Castelo de Santa Eulália, sabemos que ele foi tomado no dia 4 de Julho, uma terça-feira, pela hora nona (PMH, *Script.*: 2). Nesse mesmo ano de 1116 a população de Soure, sentindo a aproximação dos exércitos inimigos, incendiou a vila e recolheu-se na cidade de Coimbra. No ano seguinte, em 1117 seria a vez de Coimbra ser cercada durante três semanas pelos exércitos almorávidas, aguentando um cerco

de 20 dias (PMH, *Script.*: 2 e 11). A proximidade do Castelo de Santa Eulália em relação ao de Montemor-o-Velho leva-nos a pensar que Montemor não deve ter deixado de ser afectado por estes eventos.

Seria apenas com as conquistas de Santarém, Lisboa e Sintra, em 1147, que a ameaça militar muçulmana foi afastada dos campos do Mondego, trazendo alguma calma a estas paragens. No entanto, o interesse estratégico de Montemor-o-Velho, fruto da sua posição sobranceira ao Mondego, não se esgotou, continuando a receber reformas e acrescentos. E por isso ele foi cenário de diversos recontros militares ao longo da Baixa Idade Média.

O primeiro ocorreu em Novembro de 1211, logo após a morte de D. Sancho I, quando o novo monarca, D. Afonso II, se recusou a entregar os castelos que D. Sancho I tinha deixado em testamento a suas filhas, D. Teresa e D. Sancha, abrindo uma profunda crise na sociedade portuguesa. Em causa estavam os castelos de Montemor-o-Velho e de Alenquer. Na esteira destes acontecimentos D. Teresa fortificou Montemor-o-Velho, onde se refugiou, e D. Sancha fez o mesmo em relação a Alenquer. Ambas outorgaram, em 1212, cartas de foral a cada uma das povoações fortificadas, procurando cativar besteiros e homens de armas (PMH, *Leges*: 557-559 e 559-561). Por seu turno, o monarca mandou levantar cercos às duas fortificações, os quais se prolongaram por quatro meses, obrigando mesmo ao recurso a engenhos de guerra. Conhecemos alguns pormenores destes acontecimentos graças à carta que as duas Infantas, depois de resolvido o conflito militar, redigitam com o intuito de obterem indemnizações do seu irmão (Brandão, 1632: 262v^o-263v^o). Do cerco de Montemor-o-Velho, levantado por D. Martim Anes de Riba de Vizela em nome do monarca, possuímos ainda um relato exarado no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL, 26A3). A questão sucessória seria apenas definitivamente resolvida em 1223, já durante o primeiro ano do reinado de D. Sancho II, na menoridade do novo monarca.

Finalmente, registemos que o Castelo de Montemor-o-Velho foi igualmente afectado com a Guerra Civil de 1319-24, que opôs o Infante D. Afonso a D. Dinis, tendo o castelo sido conquistado pelo infante rebelde no dia 1 de Janeiro de 1322. O *Chronicon Conimbricense* e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro registam estes acontecimentos:

“*Era M^a. CCC^a. LX^a. Primo die mensis Januarii cepit Montem Maiorem donus Alfonsus infans filius donni Dionisii regis Portugalie et Algarby.*” (PMH, *Script.*: 5).

“*Este rei dom Denis houve guerra com seu filho dom Afonso, que era ifante, por razom que queria que reinasse Afonso Sanchez seu filho de barragãa. E o ifante dom Afonso soube desto e tomou-lhe a cidade de Coimbra vespora de Janeiro depos comer, era de mil CCC L IX annos. Em outro dia de Janeiro, tomou Monte Moor o Velho, rompente o alvor, e esto foi na era de mil CCC LX.*” (LL, 7D4).



Depois de este rápido bosquejo documental, que nos transportou até aos inícios do Séc. XIV e que servirá de enquadramento para a interpretação das estruturas militares sobreviventes, passemos, então, a analisar os testemunhos arqueológicos⁸.

Entre os vestígios medievais mais antigos que conhecemos para Montemor-o-Velho contam-se duas inscrições provenientes da Igreja paroquial de S. Martinho, contemporâneas do Condado de Coimbra. Referimo-nos ao epitáfio de Ero, datado de 1 de Julho de 982 (Barroca, 2000, vol. II(1): 37-39, Nº 6) e a uma segunda inscrição truncada e sem data expressa (Barroca, 2000, vol. II(1): 39-40, Nº 7). Não é este o local para estar a desenvolver análises mais profundas em relação a estas epígrafes, mas gostaríamos de realçar dois aspectos. O primeiro prende-se com o facto de o antropónimo *Ero* ser relativamente raro entre nós mas, significativamente, ter sido comum entre a família dos senhores de Marnel, em cuja orla de influência se situava o território de Montemor-o-Velho⁹. O segundo aspecto prende-se com o facto de a segunda inscrição, truncada e sem data expressa mas sensivelmente coeva da primeira, invocar o nome do Apóstolo Santiago, o patrono da empresa da Reconquista, no que é a segunda inscrição portuguesa a fazê-lo¹⁰. Estes dois aspectos parecem-nos ser bastante sugestivos.

Estes dois testemunhos epigráficos, coevos do Condado de Coimbra, antecedem em oito anos a conquista de Montemor-o-Velho por al-Mansur, ocorrida em 990, e documentam as origens muito remotas da Igreja de S. Martinho, que muito antes da Igreja de Sr^a. Maria da Alcáçova ter sido erguida já estava ao culto.

A presença muçulmana em Montemor-o-Velho está arqueologicamente comprovada pelo aparecimento de um capitel, várias bases, um fuste de coluna e dois fragmentos de *gesseries*, aparecidos no terceiro quartel do Séc. XIX (Simões, 1870: 24, nota 1; Simões, 1888: 215; Conceição, 1944: 18). Sobre estes achados as notícias são parcas. Mas Augusto Filipe Simões, nas suas *Relíquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na Cidade de Coimbra*, trabalho pioneiro que inaugura os estudos sobre o Românico em Portugal, registou:

“Nas excavações que n’estes ultimos tempos tem feito na parte mais alta do castello de Montemór-o-Velho para o cemitério que andam construindo, appareceram notaveis fragmentos de um edificio arabe que n’aquelle sitio outr’ora existiu. Foram um capitel, bases e columnas de marmore e ornatos feitos de certa massa em que predomina o gesso e a argila, como pela analyse verificou o sr. dr. Francisco António Alves.” (Simões, 1870: 24, nota 1).

O capitel, de tipo coríntio e de época califal, com o cesto densamente preenchido por folhagem tratada com trépano, deu entrada no Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra cuja colecção seria, mais tarde, incorporada no Museu Nacional

Machado de Castro (Campos, 1877: 14, Nº 2)¹¹. Neste mesmo museu guardam-se os dois fragmentos de *gesseries* com folhas em ataurique e um fuste de coluna em mármore, da mesma proveniência (Campos, 1877: 13, Nº 1)¹². Apenas as “bases”, referidas por Augusto Filipe Simões, desapareceram. O capitel de Montemor-o-Velho foi recentemente analisado por Patrice Cressier, na sua conferência apresentada no âmbito deste Seminário, em Palmela, que o atribuiu aos inícios do Séc. XI. A presença destes vestígios arquitectónicos revela a presença de um edifício relativamente cuidado, que a maior parte dos autores tem entendido ser a Mesquita de Montemor-o-Velho. Atendendo ao que nos revelam as fontes cristãs, diríamos que a construção desse edifício pode ser balizada entre os anos de 990 e 1017, o que corresponde inteiramente à proposta cronológica sugerida por Patrice Cressier a partir de elementos estilísticos. Esta mesquita foi parcialmente destruída com os acontecimentos militares que rodearam a reconquista cristã de Montemor e sobre ela ergueu-se, entre 1073 e 1095, a Igreja de Sr^a. Maria da Alcáçova.

Mas Augusto Filipe Simões deixou uma outra nota que tem passado despercebida aos investigadores e que merece ser devidamente valorizada. Com efeito, no mesmo estudo, este autor registou que

“N’un dos angulos das velhas fortificações que defendiam a parte do castello de Montemór, em que appareceram os restos a que alludimos achámos também sobre a muralha de alvenaria commum, como a que se encontra nos outros castellos antigos de Portugal, um fragmento de parede de uma atalaya. Foi feito de argamassa, pedaços de tijolo e pedras pequenas pelo systema que os moiros usavam, que consistia em formar de madeira ou taipa o molde da parede e lançar-lhe dentro aquella mistura.” (Simões, 1870: 24, nota 1).

Independentemente de se discutir se a estrutura turriforme vista por Augusto Filipe Simões era, ou não, uma atalaia (ou se seria uma *burj*), importa sublinhar que parece seguro que aquilo que o erudito conimbricense viu era uma construção em taipa, com o seu característico embasamento em pedra (para evitar a infiltração das águas pluviais e da humidade do solo) e com um troço da parede construída com o sistema dos taipais. A descrição não parece deixar margem para dúvidas. Montemor-o-Velho pode, assim, ser arrolado como o mais setentrional castelo com vestígios de taipa que conhecemos em Portugal, onde a quase totalidade dos exemplos até agora identificados se concentra a Sul do Tejo (com uma única excepção – o Castelo de Povos, em Vila Franca de Xira)¹³.

A este conjunto de vestígios, mais monumentais, devemos associar ainda o aparecimento de cerâmicas islâmicas pintadas, em sondagem arqueológica realizada em 1991 e infelizmente nunca publicada¹⁴.

A Igreja de Sr^a. Maria da Alcáçova, que se ergueu sobre ou nas imediações da mesquita, sofreu diversas reformas ao longo dos



séculos, algumas delas muito profundas¹⁵. Apesar de tudo, conserva uma invulgar e interessante série de epígrafes antigas, relacionadas com as primeiras décadas da sua existência: a inscrição de Erme[ne]gildo, dos fins do Séc. XI (Barroca, 2000, vol. II(1): 129-130, Nº 43); o epitáfio de Eugénia, de 1115 (Barroca, 2000, vol. II(1): 150-152, Nº 53); a inscrição comemorativa da dedicação do templo, pelo Bispo D. Bernardo de Coimbra, em 1128 (Barroca, 2000, vol. II(1): 170-172, Nº 64); e, muito provavelmente, a inscrição funerária do Presbítero Vermudo, falecido em 1133, que se conserva em silhar avulso no Convento de N^a. S^a. dos Anjos (Barroca, 2000, vol. II(1): 179-180, Nº 68).

O Castelo de Montemor-o-Velho (Figs. 1 e 2) revela estruturas de diferentes épocas, onde se conseguem individualizar pelo menos seis fases distintas, que percorrem as cinco ou seis centúrias que medeiam entre a construção da primeira estrutura militar e a perda de valor estratégico, grosso modo entre os finais do Séc. X e os meados ou finais do Séc. XV. A elas se poderia, ainda, acrescentar uma sétima fase, correspondente aos vários restauros que a estrutura sofreu, fruto de iniciativas da edilidade local ou da DGEMN. Mas iremos deter a nossa atenção apenas nas diferentes fases “históricas” que ajudam a compreender a evolução deste castelo.

Os testemunhos mais antigos – que designaremos por 1^a Fase – podem ser atribuídos aos fins do Séc. X ou 1^a metade do Séc. XI. Correspondem ao pano de muralha voltado a Sul, ao Mondego, que acompanha, à sua mão direita, o visitante do Castelo de Montemor-o-Velho quando este, depois de entrar pela chamada Porta da Peste (a principal porta do castelo, voltada a Leste) e depois de contornar a Torre de Menagem, se dirige para a Igreja de St^a. Maria da Alcáçova (Fig. 3). É o pano de muralha que sustenta a plataforma superior da fortificação. Com um traçado rectilíneo e cerca de 70 metros de extensão, apresenta-se reforçado por três torreões semi-circulares, afastados entre si por uma distância regular, da ordem dos 21 metros. Esta equidistância revela a qualidade e o cuidado colocado na construção deste castelo. A esta muralha corresponde uma outra na vertente oposta, voltada a Norte, que também apresentava torreões semi-circulares (de que sobrevive um). Neste troço abre-se uma Porta ladeada por um potente torreão de planta quadrada, ambos fruto de uma intervenção posterior. Esta Porta Norte encontra-se hoje obstruída pela acumulação de sedimentos na plataforma superior do Castelo, que atingem o arranque das suas aduelas, revelando como o piso medieval estava a uma cota muito mais baixa do que a cota actual (Fig. 6). De resto, a quase totalidade da área da primitiva fortificação estava, antes da intervenção da DGEMN, ocupada pelo Cemitério Municipal, criado ou ampliado no terceiro quartel do Séc. XIX, o qual deve ter sido responsável por boa parte do aterro que esta zona sofreu. Este cemitério ainda estava em

funcionamento em 1934 (Larcher, 1935: 356), mas já tinha sido desactivado em 1944 (Conceição, 1944: 79).

O aparelho de construção desta muralha mais antiga é aparentemente caótico e incaracterístico, muito perturbado por intervenções posteriores, mas ainda se detectam algumas características interessantes, como uma certa alternância entre silhas de tamanho médio e fiadas de pedras estreitas (Figs. 4 e 5), com estreitos paralelos no aparelho construtivo que Basílio Pavón Maldonado designa por “*manposteria de hiladas regularizadas*”, com horizontes cronológicos balizados entre os Séc. X-XI e XIII (Pavón Maldonado, 1999: 673-676). Sublinhemos, ainda, o reaproveitamento de materiais, entre os quais se conta pelo menos um fuste de coluna (Fig. 5).

A primitiva porta de entrada do Castelo de Montemor estaria certamente voltada a Leste, não muito longe da actual entrada principal (que se faz pela chamada Porta da Peste, rasgada na Barbacã), embora estivesse num plano mais recuado que esta. Com efeito, ela devia implantar-se no pano de muralha junto do qual, mais tarde, se ergueu a Torre de Menagem. Esta zona apresenta uma série de anomalias que importa valorizar e que revelam intervenções escalonadas ao longo dos tempos. Referimo-nos, nomeadamente, a um pano de muralha com aparelho totalmente distinto de tudo o resto que encontramos no Castelo de Montemor-o-Velho, siglado e dotado de alambor, que atribuímos à nossa 3^a Fase. Este troço de muralha veio encerrar esta zona, retirando qualquer significado a uma outra cortina, oblíqua, que ficou implantada no interior do castelo, sem qualquer serventia ou explicação. Este recanto do castelo assume uma enorme importância para a compreensão da sua estrutura primitiva. A solução inicial deveria comportar uma porta em gaveto, com troços de muralhas articulados em <, num sistema semelhante ao que se pode admirar no Castelo del Rio (Aspe, Alicante), estudado recentemente por Rafael Azuar Ruiz (2002: 229-238) (Fig. 13). Foi precisamente por estar aqui localizada a porta de entrada do Castelo que, mais tarde, se optou por erguer aqui a Torre de Menagem. Mas, algumas décadas volvidas, talvez quando o Castelo de Montemor-o-Velho recebeu diversos benefícios para enfrentar a ameaça de D. Afonso II, este primitivo sistema de entrada seria obstruído e substituído por um outro, mais convencional e mais seguro. É provável que tenha sido então que se abriu a “Porta Norte” (Fig. 6), a que já nos reportamos, rasgada na muralha voltada a Norte e ladeada por um torreão de planta quadrada.

A muralha que definia o recinto murado mais antigo preserva-se em quase toda a sua extensão. Falta apenas o pano de muralha voltado a Poente, que desapareceu com as reformas mais tardias, nomeadamente com a ampliação do recinto murado para Ocidente. Mas não é muito difícil adivinhar o seu itinerário: ele devia abraçar a Igreja de St^a. Maria da Alcáçova, que foi erguida entre 1073 e 1095, e devia tocar a muralha Norte junto de uma pequena inflexão de itinerário, que ainda hoje é perceptível.



Dentro do perímetro definido por esta muralha mais antiga localizava-se o primitivo aljibe, um dos três que o Castelo de Montemor-o-Velho apresenta. Seria aqui, neste recanto mais ocidental do recinto superior, no extremo oposto da porta de entrada, que se erguia a Mesquita que foi arrasada aquando da construção da Igreja de Sr^a. Maria da Alcáçova, e da qual se recuperaram o capitel coríntio, os fragmentos de *gesseries* e o fuste de coluna.

Acrescentemos, ainda, que se conhecem referências a silos escavados na rocha, localizados nesta plataforma superior, infelizmente desaparecidos com os recentes trabalhos de ajardinamento do recinto do castelo. Como se sabe, o sistema de armazenagem em silos escavados na rocha foi muito usual entre as comunidades muçulmanas, mas, tanto quanto sabemos, foi rapidamente abandonado pelas populações cristãs, que preferiram armazenar os seus cereais noutra tipo de estruturas, erguidas acima do solo. Já nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X o Sábio, manuscrito iluminado nos anos 80 do Séc. XIII, podemos admirar espigueiros com soluções arquitectónicas em tudo semelhantes aos que ainda hoje podemos ver no Norte de Portugal (Lovillo, 1949: Cantiga 187, Lam. 203).

Esta 1^a Fase pode, ainda, ter contado com algumas reconstruções, fruto dos estragos causados pelos acontecimentos militares que rodearam esta estrutura. Com efeito, é provável que o Alvazil D. Sesnando – que teve uma intervenção sistemática nos diversos castelos que constituíam a nebulosa de estruturas defensivas da cidade de Coimbra – também tenha intervindo em Montemor-o-Velho. Não nos esqueçamos que no diploma em que o Presbítero Vermudo doa a Igreja de Sr^a. Maria da Alcáçova à Sé de Coimbra (LPreto 49), este declara que Afonso VI (1073-1109) entregara o Castelo de Montemor-o-Velho a D. Sesnando para este restaurar e povoar: “*supradictum autem castellum... dedit rex Adefonsus, imperator totius Hispaniae, potestatem domno Sisnando, consuli Colimbrie, ut restaurare illud et popularet...*” (LPreto, 49, de 1095). Por isso, não deve ser afastada do horizonte a possibilidade de o Alvazil também ter promovido obras de restauro nesta fortificação, a par das que o Presbítero Vermudo se encarregou de realizar em Sr^a. Maria da Alcáçova, as quais poderiam ser balizadas entre 1073 (início do reinado de Afonso VI) e 1091 (ano da morte de D. Sesnando).

O perímetro do Castelo de Montemor-o-Velho foi sucessivamente alargado. A 2^a Fase, que atribuímos ao Séc. XII, corresponde à ampliação para Sul e talvez para Ocidente. As duas plantas aqui apresentadas – a primeira anterior a 1935 (Fig. 1), a segunda da DGEMN anterior a 1949 (Fig. 2) – revelam que era na zona ocidental e Norte, junto de uma série de afloramentos rochosos, que se existiam alicerces de várias construções, que permaneciam visíveis ainda há poucos anos. Esta nova muralha continua a utilizar torreões de planta semi-circular, quer na face voltada a Norte, quer nos panos de muralha voltados a Sul, ao Mondego. Se no

primeiro caso, eles apresentam um afastamento entre si maior do que os torreões da 1^a fase (fruto, talvez, de estarem localizados numa vertente menos exposta), já no pano de muralha voltado a Sul eles assumem um distanciamento ainda menor. Uma característica interessante é o facto de alguns destes torreões apresentarem um embasamento rectangular, como vemos em muitas outras fortificações portuguesas (nomeadamente, na zona de Coimbra, no Castelo de Arouce ou da Lousã).

É provável que esta 2^a Fase corresponda à reforma românica do Castelo, e se assim for, será coeva da construção da Torre de Menagem. Esta é uma generosa torre de planta sub-rectangular, com cerca de 10 x 7 metros, não rigorosamente esquadriada, que terá sido edificada entre os anos 60 do Séc. XII (década a que pertencem os mais remotos exemplos de torres de menagem em Portugal) e os inícios do Séc. XIII (sendo aparentemente anterior a 1211). A sua implantação, como já referimos, explica-se em função da primitiva entrada no Castelo, que viria a desaparecer com a reforma do Séc. XIII. A actual Torre de Menagem é, quase toda ela, fruto de reconstrução recente, de iniciativa da DGEMN. Com efeito, em 1935 a Torre de Menagem estava reduzida à altura do adarve do Castelo, transformada em *mirante* da vila. Foi apenas com o restauro da DGEMN que a sua cora se viu alteada, tomando o perfil actual. A DGEMN elevou-a até aos 20 metros de altura, um valor que pode ser considerado arbitrário já que não se fundamenta em nenhum dado objectivo. No entanto, se a parte superior da Torre de Menagem é *pastiche*, a sua base permanece original, revelando um aparelho de construção muito interessante, mais evoluído que o da 1^a Fase do Castelo de Montemor-o-Velho, utilizando silhares de grandes dimensões. Entre estes detecta-se o reaproveitamento de diversos materiais de construção, entre os quais se conta um silhar com chanfro, colocado na esquina sudoeste, em posição invertida.

Com esta ampliação, o Castelo de Montemor passou a contar com duas portas – uma, a primitiva, voltada a Leste e implantada junto da base da Torre de Menagem, que continuaria ao serviço; outra, voltada a Oeste, no ângulo diametralmente oposto. Ambas desapareceram com reformas mais tardias. Mas resta evidente memória da implantação das duas. Com efeito, quando se ergueu a barbacá, nos fins do Séc. XIV, foram criadas duas portas – essas ainda sobreviventes – que revelam a implantação das primitivas entradas do castelo – a «Porta da Peste», voltada a Leste; e a «Porta do Sol» ou «Porta do Rosário» ou «da Senhora do Rosário», virada a Ocidente (Fig. 7). De resto, junto desta última ainda são bem visíveis os alicerces da velha muralha, hoje quase totalmente destruídos.

Depois desta ampliação, o Castelo de Montemor ficou dotado de três cisternas, revelando o cuidado posto no abastecimento de água e o facto de ele albergar, dentro dos seus muros, povoado civil¹⁶.



A 3ª Fase, que atribuímos a cerca de 1211, resulta de uma intervenção bem localizada no espaço e no tempo. Com efeito, quem entra no Castelo de Montemor-o-Velho, depois de franqueada a Porta da Peste depara com uma potente muralha dotada de alambor na sua base, que se estende entre a Torre de Menagem e o primeiro torreão à sua direita (Fig. 10). Esta intervenção da 3ª Fase corresponde à construção integral deste pano de muralha, que apresenta juntas vivas no contacto com os muros mais antigos e que ostenta magníficos silhares de calcário, perfeitamente esquadriados e siglados. Sublinhemos que em mais nenhuma zona do Castelo de Montemor-o-Velho podemos observar aparelho com estas características, utilizando, nomeadamente, silhares siglados. Corresponde, por isso, a uma reforma do Séc. XIII que deve ser relacionada com a questão que opôs D. Afonso II e as princesas D. Teresa e D. Sancha, em torno da execução do testamento de D. Sancho I. Como se sabe, no seu segundo testamento, assinado em Outubro de 1210, o monarca tinha deixado às suas filhas diversos bens: a D. Teresa destinou as povoações de Montemor-o-Velho e Esgueira, para além de 40.000 morabitinos e 250 marcas de prata; a D. Sancha deixou Alenquer, 40.000 morabitinos e 250 marcas de prata; e a D. Mafalda deixou os mosteiros de Bouças e de Arouca, 40.000 morabitinos e 200 marcas de prata (DS 194). Após a morte do monarca, ocorrida em Março de 1211, seu filho e sucessor, D. Afonso II, cumpriu parcialmente o testamento, recusando-se, no entanto, entregar os castelos de Montemor-o-Velho e de Alenquer a D. Teresa e D. Sancha, respectivamente. Esta é, como temos vindo a sublinhar em vários estudos, uma das primeiras manifestações claras do princípio jurídico do *Ius Crenelandi* entre nós. Uma manifestação que pode ser, de resto, considerada precoce mas que se compreende bem à luz das características específicas que marcaram o reinado de Afonso II, um monarca que revelou extraordinária visão governativa. Basta recordar que foi responsável por outras medidas pioneiras em termos de Europa, como é o caso da criação do livro de registo da Chancelaria Régia ou a organização das primeiras Inquirições Gerais do Reino (1220). Após a morte de D. Sancho I as relações entre Afonso II e as suas irmãs complicaram-se. A Infanta D. Sancha refugiou-se em Alenquer, onde assinou carta de foral (1212) e reforçou as defesas do castelo para resistir ao cerco que seu irmão, Afonso II, levantou e que durou quatro meses. Num documento em que as partes testemunham perante os juízes papais, a infanta invoca que gastara um total de 30.233 morabitinos com o conflito. No mesmo documento, a infanta D. Teresa, que procedera de igual modo em Montemor, outorgando carta de foral (1212) e reforçando as defesas do castelo, onde resistiu a um cerco de 4 meses, invoca despesas com a guerra no montante de 50.000 morabitinos (Brandão, 1632: 262vº-263vº). Deve ser no contexto destes preparativos para a guerra, ou na esteira da destruição provocada pelos exércitos do monarca – que nestes cercos utilizaram “fogo, setas e pedras” (“*incendio, sagittis et pentriis*”) (Brandão,

1632: 262vº) – que devemos enquadrar a intervenção na muralha de Montemor. Ela revela uma de duas situações: ou a Infanta, temendo que a entrada original não fosse suficientemente forte, mandou alterar este ponto fulcral da fortificação, entaipando este troço de muralha e abrindo um outro acesso; ou um pano da velha muralha tinha ruído durante o cerco e houve necessidade de o erguer de novo, utilizando-se este aparelho siglado, de magnífica qualidade.

A 4ª Fase (Séc. XIII-XIV) corresponde ao reforço da muralha da 2ª Fase com o acrescento de alguns torreões de planta quadrada, que se destacam pelas suas generosas dimensões. Encontramos dois junto da Porta do Rosário, outro junto da Igreja de Stª Maria da Alcáçova, um último a Leste da entrada primitiva.

Nas ombreiras da porta do Torreão que fica junto da Porta do Sol ou da Senhora do Rosário encontram-se gravadas duas medidas-padrão que chegaram até hoje inéditas – uma medindo 67,4 cm (talvez o *covado*, com um erro por excesso de 1,4 cm), outra medindo 109,5 cm (certamente a *vara*, com um erro por defeito de 0,5 cm) (Fig. 11). Sobre a medida da vara foi gravada uma legenda “II” que, pelo tipo de letra, corresponde ao Séc. XIV. Estas marcas devem ser coevas de outras medidas-padrão que temos vindo a inventariar em Portugal e que, maioritariamente, correspondem ao reinado de D. Dinis ou ao Séc. XIV (Barroca, 1992: 53-85). A presença destes padrões para conferir as medidas utilizadas no comércio de tecidos revela-nos que devia ser nas imediações desta Porta que se reunia a feira de Montemor-o-Velho. Virgínia Rau documenta uma feira franca a partir de 1426 (Rau, 1982: 143-144) mas estamos em crer que Montemor-o-Velho deveria contar, desde épocas mais recuadas, com outro tipo de feira, cuja carta infelizmente se perdeu. Dificilmente podemos conceber que uma povoação com a importância de Montemor-o-Velho não contasse com uma feira desde época mais recuada.

A 5ª Fase do Castelo de Montemor-o-Velho pode ser atribuída aos fins do Séc. XIV e ao Séc. XV. Corresponde à construção da barbacã, que passou a rodear todo o castelo. É provável que diga respeito a esta obra o diploma de D. Fernando, datado de 7 de Maio de 1370, que obrigou a população de Buarcos a participar nos custos das obras de “*refazimento*” do muro e cerca (Coelho, 1983, vol. II: 787, Doc. 38; Monteiro, 1999: 127). Esta barbacã, que circunda toda a fortificação, foi dotada de duas portas: a Porta do Rosário (voltada a Ocidente) e a Porta da Peste (voltada à vila e a Oriente). Como já referimos, ambas denunciam a implantação das portas da muralha principal, entretanto desaparecidas. É notório que a Porta do Rosário teve uma intervenção um pouco mais tardia, da primeira metade do Séc. XV, que alteou os muros e corrigiu a sua configuração, deixando entaipadas as ameias e seteiras da primitiva solução, numa extraordinária estratigrafia mural (Fig. 7 e 8). Com a construção desta barbacã o



Castelo de Montemor-o-Velho passou a contar com uma liça com uma largura média à roda dos 6 metros. Quando foi erguida, esta barbacã era uma “barbacã extensa”, que circundava toda a fortificação. Mais tarde, no entanto, seria parcialmente truncada, com a construção do reduto Norte e com a ampliação do Paço das Infantas. Salientemos, por fim, que tanto quanto nos é dado perceber, esta barbacã não possuía qualquer torreão ou mecanismo para tiro flanqueado. Os seus muros, significativamente mais baixos que os da muralha principal, apresentavam-se coroados por ameias.

Finalmente, devemos registar ainda uma 6ª Fase (enquadrável no Séc. XV), que corresponde à construção do Cercado Norte. Esta proposta cronológica pode surpreender uma vez que este recinto tem sido normalmente associado a cronologias substancialmente mais recuadas. No entanto, uma análise da forma como este recinto se articula com as restantes estruturas do Castelo revela claramente que se trata de uma construção erguida depois da barbacã estar a funcionar, que veio truncar a sua liça. De resto, junto da Porta da Senhora do Rosário há mesmo testemunhos da sobreposição dos muros destas duas estruturas, numa outra invulgar “estratigrafia mural” (Fig. 9). Este recinto muralhado veio envolver a Capela de S. João, já referida no Catalogo de 1320-21, onde surge taxada com 40 libras (a mais modesta verba de todas as igrejas de Montemor-o-Velho) (Almeida, 1971, vol. IV: 123). A tradição popular designa-a, hoje, como “Capela do Abade João”, numa referência à lenda da primeira conquista de Montemor, em 848, a que já aludimos, e que era comemorada com festas populares até pelo menos ao Séc. XIX. Mas o arrolamento do tempo de D. Dinis é bem claro ao designá-la pelo seu orago, S. João. A construção deste cercado pode ser atribuída à primeira metade do Séc. XV, e deve ter sido nesta ocasião que se corrigiu a configuração da Porta do Rosário, alteando os seus muros.

Pouco depois, no reinado de D. Afonso V, nos meados do Séc. XV, o Paço das Infantas, convertido em Paço Real, foi remodelado (Fig. 12). Este Paço teve ainda uma outra reforma, manuelina, que o ampliou para Sul, passando a apoiar-se sobre o muro da barbacã, interrompendo a sua liça. As descrições deste espaço dão-nos conta da existência de “janelas manuelinas” e “rendilhadas cantarias” ainda no Séc. XX, em parede demolida pouco antes de 1949 por “ameaçar ruína” (Larcher, 1935: 281). Infelizmente, as demolições intencionais ou as derrocadas provocadas por séculos de abandono eliminaram todas as paredes interiores deste Paço, impedindo uma leitura da sua organização espacial. A incúria a que este Paço esteve votado levou a que desaparecessem todas as pedras de cantaria de portais e de janelas. O Paço do Castelo de Montemor-o-Velho é, de resto, uma estrutura esquecida pela bibliografia consagrada aos Paços Reais e à Casa Nobre portuguesa, sobre a qual pouco ou nada se sabe. Uma intervenção arqueológica – que certamente seria uma das formas mais interessantes de abordar esta construção – viu-se irremediavel-

mente afastada quando, recentemente, as suas ruínas foram escolhidas para albergar a Casa de Chá criada pelo Arq^o. João Mendes Ribeiro (no âmbito do plano de intervenção do IPPAR, levado a cabo entre 1996 e 1999).

A reforma manuelina do Paço das Infantas, depois Paço Real de Montemor-o-Velho, marca um momento de viragem na história desta estrutura militar. Com efeito, o arquitecto responsável por esta reforma não hesitou em truncar as estruturas militares para ampliar o espaço residencial deste paço régio. Esta reforma revela-nos, assim, o início de uma nova fase, em que o valor estratégico deste castelo estava esgotado. Montemor-o-Velho nunca receberia adaptações para a utilização de armamento pirobalístico. Não conheceu uma única troeira, mecanismos difundidos entre os nossos castelos a partir dos meados do Séc. XV (Barroca, 2003a: 97-98), nem uma única canhoeira, soluções mais evoluídas que se difundem no primeiro quartel do Séc. XVI (Barroca, 2003: 103). Nem, tão pouco, conheceu qualquer estrutura abaluartada, à maneira italiana, uma inovação conhecida dos arquitectos portugueses desde 1541 e difundida no território português continental a partir de 1553. O seu papel estratégico esgotara-se em meados do Séc. XV, ainda antes que qualquer destas reformas se tivesse imposto. Os séculos de abandono e de incúria estavam a chegar. E com eles o perfil do Castelo de Montemor-o-Velho foi-se aproximando, gradualmente, daquilo que hoje ali podemos admirar.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1986 – *Arte da Alta Idade Média*. Vol. 2 da *História da Arte em Portugal*. Edições Alfa, Lisboa.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 2001 – *O Românico*. Vol. 1 da *História da Arte em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa.
- ALMEIDA, Fortunato de, 1971 – *História da Igreja em Portugal*. Livraria Civilização, Porto.
- AZUAR RUIZ, Rafael, 2002 – “Campesinos fortificados frente a los conquistadores feudales”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, p. 229-238.
- BARROCA, Mário Jorge, 1992 – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª Série, vol. 9. Faculdade de Letras da universidade do Porto, Porto, p. 53-85.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 4 vols. FCG-FCT, Lisboa.
- BARROCA, Mário Jorge, 2003 – “Da Reconquista a D. Dinis”. *Nova História Militar*, vol. I. Círculo de Leitores, Lisboa, p. 21-161.
- BARROCA, Mário Jorge, 2003a – “Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”. *Portugalia*, Nova Série, vol. 24. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 95-112.
- BARROCA, Mário Jorge 2004 – “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”. *Portugalia*, Nova Série, vol. 25. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, no prelo.



- BAZZANA, André, 1994 – «Le début du château dans l'Espagne septentrionale». *Château Gaillard. Etudes de Castellologie Médiévale*, vol. XVI. Centre de Recherches Archéologiques Médiévales, Caen, p.33-43
- BRANDÃO, Fr. António, 1632 – *Monarquia Lusitana*. Parte 4ª. Lisboa (ed. facsimilada, Lisboa, INCM, 1974).
- BRITO, Fr. Bernardo de, 1609 – *Monarquia Lusitana*. Parte 2ª. Lisboa (ed. facsimilada, Lisboa, INCM, 1975).
- CAMPO, Mariano G., 2002 – *Al-Ghazal y la Embajada Hispano-Muçulmana a los Vikingos en el siglo IX*. Miraguano Ediciones, Madrid.
- CAMPOS, J. Correia Ayres de, 1877 – *Catálogo dos Objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra (1873-1877)*. Coimbra.
- CARDOSO, Jorge, 1652 – *Agiolégio Lusitano*. 4 vols. Lisboa (ed. facsimilada, Porto, FLUR, 2002).
- Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*. Ed. de A. H. de Oliveira Marques. 3 vols. Lisboa. 1990-92 (= Chanc. Af IV)
- CHAO ESPINA, Henrique, 1965 – “Los Normandos en Galicia”. *O Instituto*, vol. 126. Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 209-262.
- COELHO, António Borges, 1972-75 – *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols. Seara Nova, Lisboa.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1983 – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. 2 vols. Coimbra.
- CONCEIÇÃO, Augusto Santos, 1944 – *Terras de Montemor-o-Velho*, Coimbra.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira 1952 – *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. 4, *Distrito de Coimbra*. Academia nacional de Belas Artes, Lisboa.
- Crónicas Asturianas*. Ed. de Juan Gil Fernandez, José L. Moralejo e Juan I. Ruiz de la Peña. Universidad de Oviedo, Oviedo, 1985 (= *Crónicas Asturianas*).
- DIAS, Pedro, 1988 – *A Arquitectura Manuelina*. Livraria Civilização, Porto.
- DGEMN, 1949 – *Castelos Medievais de Portugal. II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos – 1949 Zürich*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. A.D. 1095-1185*. Ed. de Rui de Azevedo. 2 vols. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1958-1962 (= DMP, DR).
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino R. Pereira. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1979 (= DS)
- DOZY, Reinhart, 1881 – “Les Normands en Espagne”, *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*. Vol. 2. 3ª ed., revista e aumentada, Maisonneuve e E. J. Brill, Paris-Leyde, p. 250-371.
- FERREIRO ALEMPARTE, Jaime, 1999 – *Arribadas de Normandos y Cruzados a las costas de la Península Ibérica*. Sociedad Española de Estudios Medievales, Madrid.
- GUERRERO LOVILLO, José, 1949 – *Las Cantigas. Estudio Arqueológico de sus Miniaturas*. CSIC, Madrid.
- IBN HAYYAN – *Crónica de los Emires Alhakam I y Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*. Ed. de Mahumd Ali Makkí e Frederico Corriente. Instituto de Estudios Islámicos e del Oriente Próximo, Zaragoza, 2001.
- LARCHER, Jorge, 1935 – *Castelos de Portugal*, vol. II, *Distrito de Coimbra*. Coimbra.
- Livro Preto da Sé de Coimbra*. Ed. de A. G. da Rocha Madahil, Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Teresa Veloso. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1977-1979 (= LPreto).
- Livro Santo de Santa Cruz*. Ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990 (LSanto).
- LOPES, David, 1968 – *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado. Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, Lisboa.
- MACHADO, Saavedra, 1931 – “Expedições Normandas no ocidente da Hispânia”. Separata do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MATOS, João Cunha, 1977 – *Montemor-o-Velho. Sua História. Sua Arte*. EPARTUR, Coimbra.
- MATTOSO, José, 1981 – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Editorial Estampa, Lisboa.
- MENENDEZ PIDAL, Ramón, 1973 – “La leyenda del Abad Don Juan de Montemayor”. *Poesía Árabe y Poesía Europea*. Espasa-Calpe, Madrid, p. 159-209 (6ª ed.)
- MONTEIRO, João Gouveia, 1999 – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média*. Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PAVÓN MALDONADO, Basilio, 1999 – *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. II, *Ciudades y Fortalezas*. CSIC, Madrid.
- PICARD, Christophe, 2000 – *Le Portugal Musulman (VIII-XIII Siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Maisonneuve & Larose, Paris.
- PICARD, Christophe, 2002 – “Les ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions». *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, p. 203-212
- Portugaliae Monumenta Historica... Scriptores*. Academia das Ciências, Lisboa, 1856 e ss. (= PMH, *Script.*).
- Portugaliae Monumenta Historica... Diplomata et Chartae*. Academia das Ciências, Lisboa, 1867 e ss. (= PMH, DC).
- Portugaliae Monumenta Historica... Leges et Consuetudines*. Academia das Ciências, Lisboa, 1856 e ss. (= PMH, *Leges*).
- Portugaliae Monumenta Historica... Nova Série, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. de José Mattoso. 2 vols. Academia das Ciências, Lisboa, 1980 (= LL).
- RAU, Virginia, 1982 – *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Editorial Presença, Lisboa.
- RUAS, Henrique Barrilaro, 1949 – “A data do Desastre de Vatalandi”. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 4. Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 363-371.
- RUIZ ASCENSIO, J. M. 1968 – “Campanhas de Almanzor contra el reino de León (981-986)”. *Anuário de Estudios Medievales*. Vol. 5. Universidade de Barcelona, Barcelona, p. 33-64
- SIMÕES, Augusto Filipe, 1870 – *Relíquias da Arquitectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Typographia Portuguesa, Lisboa.
- SIMÕES, Augusto Filipe, 1888 – *Escreptos Diversos*. Imprensa da Universidade, Coimbra.
- VENTURA, Leontina, 1992 – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols. Coimbra.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa, 1965-66 – *Elucidário das Palavras, termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram...* 2 vols. Livraria Civilização, Porto.



* DCTP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ O Castelo encontra-se classificado como Monumento Nacional (Dec. de 16-06-1910, *Diário do Governo* 136, de 23 de Junho de 1910).

² Trata-se de uma versão resumida do estudo editado pela primeira vez em *Gesellschaft für Romanische Literatur*, Dresden, 1903 e reeditado com actualizações em *Historia y Epopeya*, Madrid, 1934, pp. 98-233.

³ Sobre as incursões normandas é vasta a bibliografia. Veja-se o clássico estudo de Reinhart Dozy (Dozy, 1881, vol. 2: 250-286), a recente síntese de Jaime Ferreiro Alemparte (Alemparte, 1999) ou os estudos de Saavedra Machado (Machado, 1931) e de Henrique Chao Espina (Chao Espina, 1965).

⁴ É a partir desta fase que se multiplicam os antropónimos de origem árabe na documentação coimbrã. De resto, entre a documentação do Mosteiro de Lorvão encontramos mesmo documentos datados pela Hégira (um de 1016 e outro de 1019) (Viterbo, 1965-66: 206-207).

⁵ Curiosamente, o filho primogénito de Gonçalo Viegas de Marnel (senhor de Montemor-o-Velho em 1017), de seu nome Paio Gonçalves de Marnel, casa com Toda Gonçalves, a filha de Gonçalo Trastemires (o senhor de Montemor-o-Velho a partir de 1034)...

⁶ Ano de 1047: LPreto 130 e LPreto 132; Ano de 1053 (?): LPreto 136 = PMH, DC 385; Ano de 1057: LPreto 110 = PMH, DC 405; etc.

⁷ Esta é a primeira referência documental que conhecemos a um besteiro e, indirectamente, ao uso da besta entre nós, escassos nove anos depois da primeira representação iconográfica conhecida em todo o Ocidente Europeu.

⁸ A bibliografia específica sobre o Castelo de Montemor-o-Velho não é muito vasta. Consultamos: Correia e Gonçalves, 1952; Larcher, 1935: 273-356; Conceição, 1944; Matos, 1977). Não conseguimos consultar o artigo de Vergílio Correia, “No Castelo de Montemor-o-Velho”, *Diário*

de Coimbra, 23-8-1937.

⁹ Há, de resto, uma outra inscrição mencionando o nome Ero, no Mosteiro de Arouca, ou seja, na área de influência desta família (Barroca, 2000, vol. II(1): 49-50, N^o 11).

¹⁰ A primeira é a inscrição da Igreja de Santiago de Castelo de Neiva, de 862 (?) (Barroca, 2000, vol. II(1): 17-22, N^o 1).

¹¹ Deu entrada no acervo do Museu de Arqueologia do Instituto em 24 de Abril de 1875, por depósito feito pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

¹² Os dois fragmentos de *gesseries* foram oferecidos pelo próprio Dr. Augusto Filipe Simões, em 26 de Janeiro de 1874. Sobre o conjunto dos materiais muçulmanos de Montemor-o-Velho veja-se o que lhe consagrou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1986: 88 e 80; Almeida, 2001: 48).

¹³ Para além de Montemor-o-Velho, conhecemos estruturas em taipa nos seguintes monumentos: Castelo de Povos (Vila Franca de Xira), Torre de Belmonte (Samora Correia), e nos castelos de Alcácer do Sal, Portel, Elvas, Juromenha, Noudar, Serpa, Moura, Castelo Belinho, Tavira, Loulé, Faro, Albufeira, Salir, Paderne, Silves e Aljustrel.

¹⁴ Informação gentilmente transmitida pela Prof^a. Doutora Helena Catarino, a quem agradecemos.

¹⁵ A mais radical foi a reforma manuelina, fruto de uma encomenda do Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida e da autoria do arquitecto coimbrão Francisco Pires (Dias, 1988: 167). No seu interior, entre muitos outros aspectos dignos de nota, conserva-se uma magnífica Senhora do Ó, saída das oficinas de Mestre Pêro.

¹⁶ Ainda no Séc. XIV albergava casas de habitação, como nos testemunha, por exemplo, um diploma de D. Afonso IV datado de 1338 (Chanc. Af. IV, vol. II: 334-335, Doc. 219).



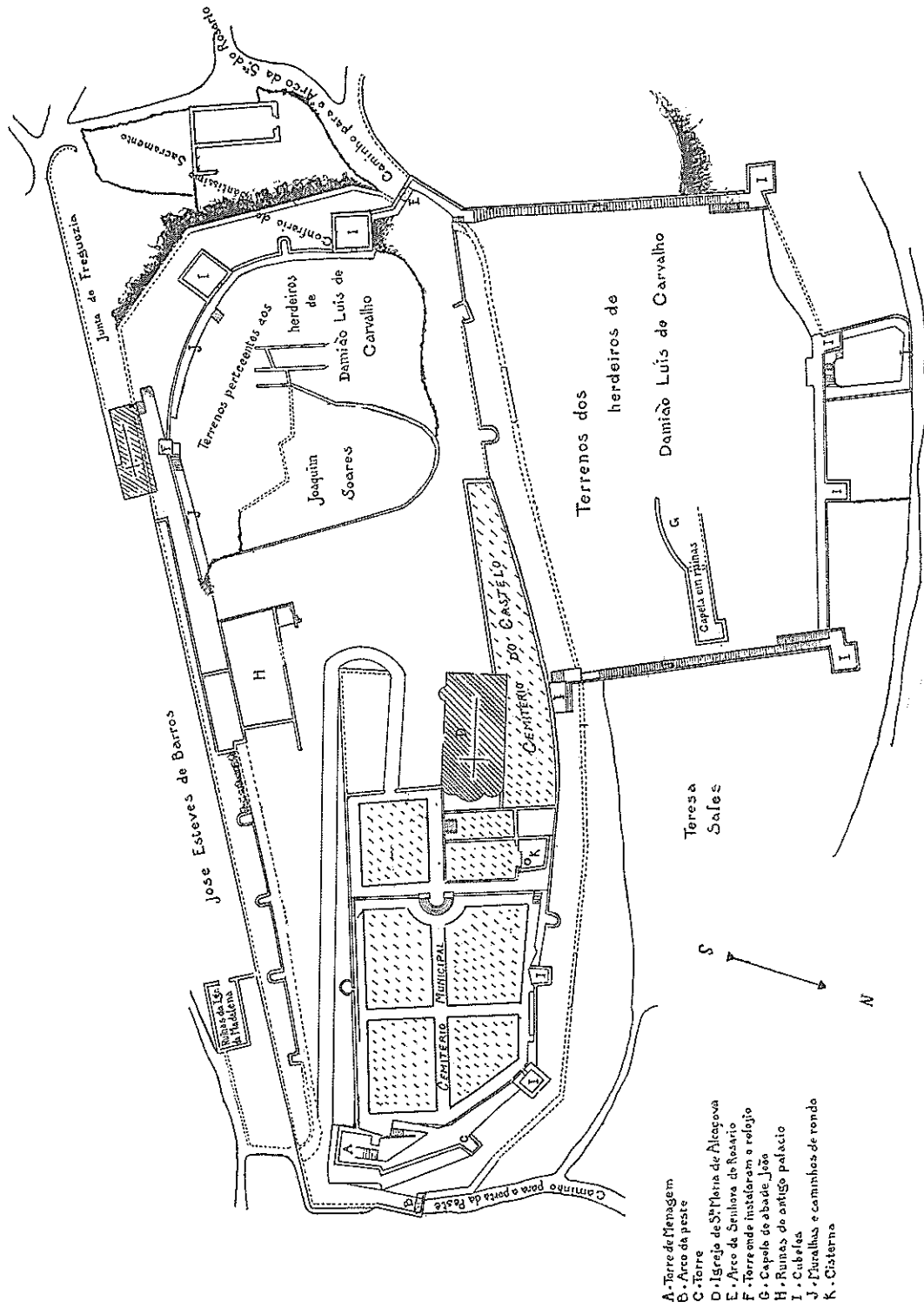


Fig. 1 - Planta do Castelo de Montemor-o-Velho anterior a 1935 (Larcher, 1935: 291).

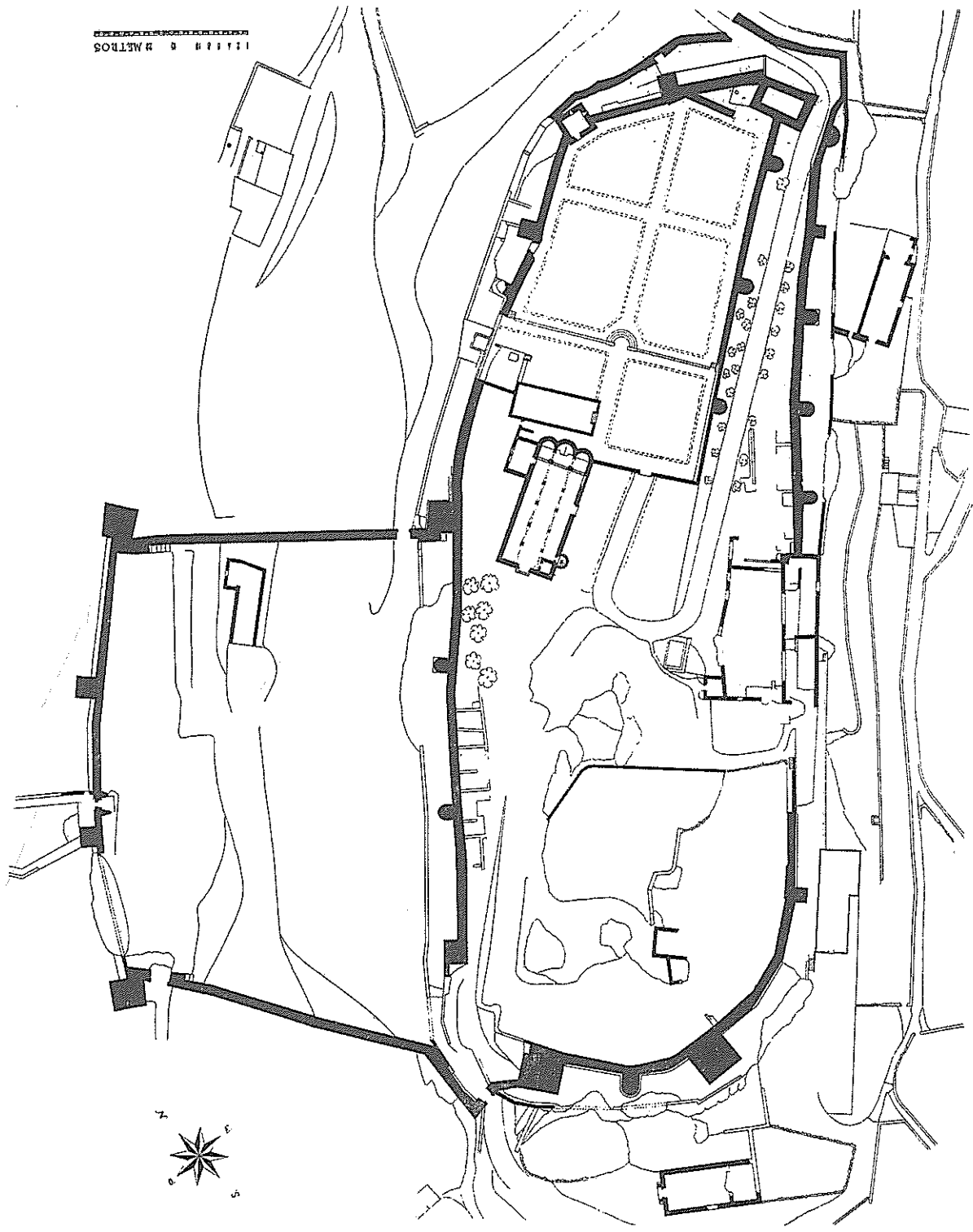


Fig. 2 - Planta do Castelo de Montemor-o-Velho anterior a 1949 (DGEMN, 1949).



Fig. 3 - Pano de muralha da 1ª Fase.



Fig. 4 - Pormenor do aparelho de construção da 1ª Fase.

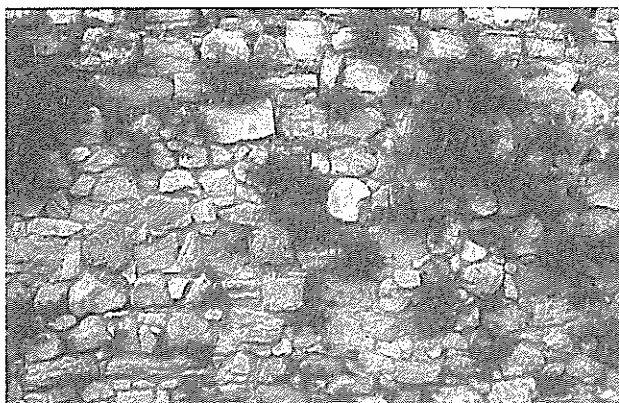


Fig. 5 - Pormenor do aparelho de construção da 1ª Fase, com reaproveitamento de fuste.



Fig. 6 - Porta rasgada na muralha voltada a Norte.

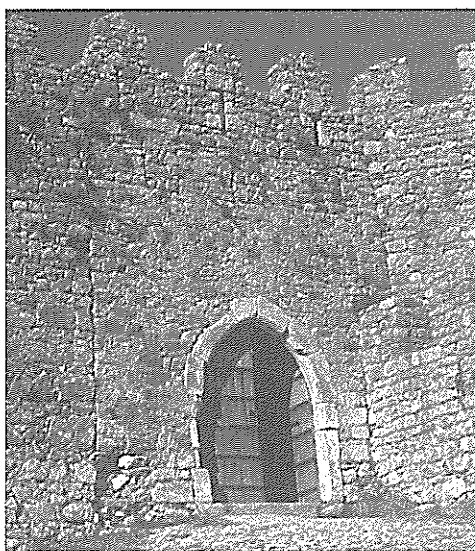


Fig. 7 - Porta Ocidental da Barbacã – “Porta do Rosário”.

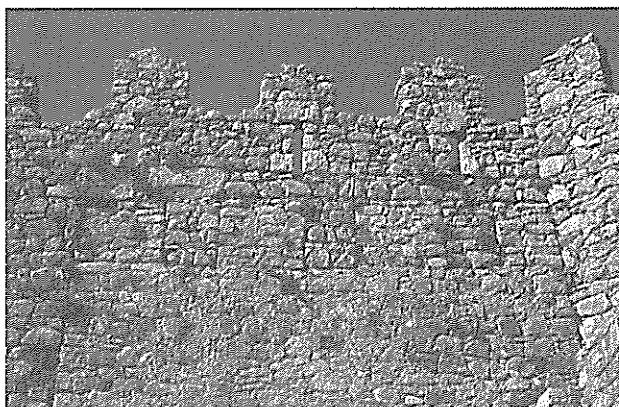


Fig. 8 - Pormenor do aparelho construtivo da Porta do Rosário, com a sobreposição de ameias de duas fases distintas.

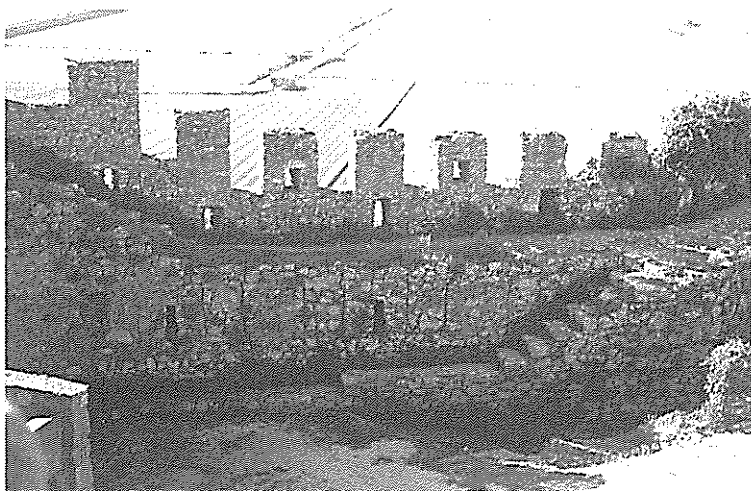


Fig. 9 - Pormenor do arranque da Muralha do Cercado Norte, com a sobreposição estratigráfica desta sobre a muralha da barbacã.

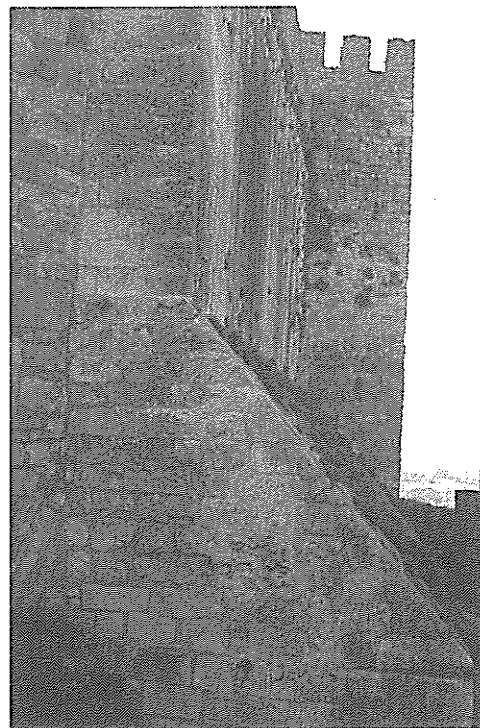


Fig. 10 - Pano de muralha junto da Torre de Menagem, correspondente à 2ª Fase (c. 1211), siglado e com alambor.

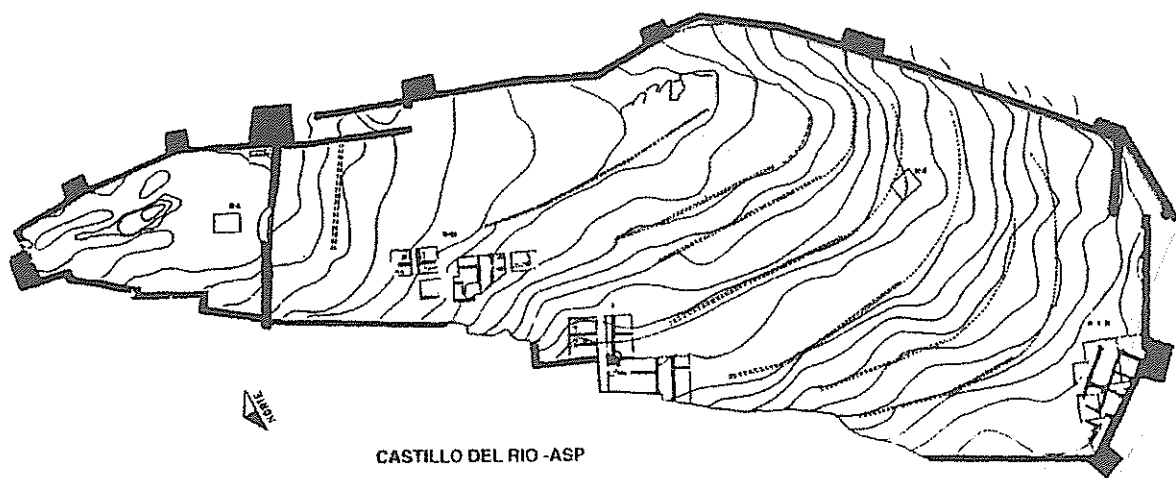


Fig. 11 - Medidas-Padrão do Castelo de Montemor-o-Velho - Vara e Còvado.



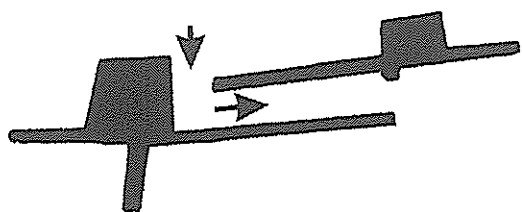
Fig. 12 - Paço Real do Castelo de Montemor-o-Velho, antes da recente intervenção.





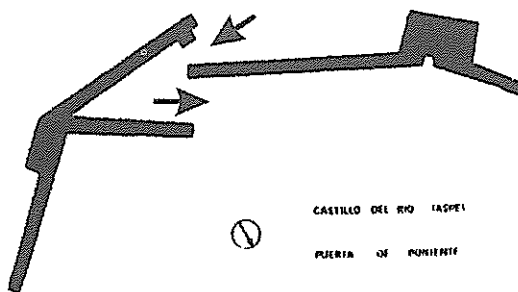
CASTILLO DEL RIO -ASP

ESCALA 1:200
ESCALA GRAFICA



CASTILLO DEL RIO (ASPE)

PUERTA DE MEDIODIA



CASTILLO DEL RIO (ASPE)

PUERTA DE PONIENTE

Fig. 13 - Planta do Castelo del Rio (Aspe, Alicante) (seg. Rafael Azuar Ruiz, 2002).